

MANIFESTO DOS TRABALHADORES DO «REPÚBLICA»

A TODOS OS TRABALHADORES POBRES E EXPLORADOS DE PORTUGAL

Os trabalhadores do «República» são um grupo de trabalhadores obscuros entre todos os trabalhadores portugueses e que na actual crise da Informação em Portugal, reagem às correntes do oportunismo geral: não obedecem a nenhuma seita, não estão submetidos a nenhum partido, não são de nenhuma irmandade.

Assumiram uma responsabilidade solidária com todos os explorados de Portugal e lutam para que a Informação seja uma acção colectiva.

Temos a felicidade de pertencer unicamente à nossa própria razão e ao nosso próprio trabalho e luta-

mos contra a engrenagem que visa dividir os trabalhadores explorados de Portugal em vários partidos, em várias políticas, em vários poleiros, em vários comedouros.

É desta crise geral que procedem alguns partidos que temos: de conciliações que atingem a imoralidade e de tolerâncias que roçam a corrupção. Uma Informação prostituída ao serviço de partidos destes sob a alegação do pluralismo, só pode contribuir para a dissolução da sociedade, arrastando-a para a indiferença e para a relaxação.

O «REPÚBLICA» CAÍRA NAS MÃOS DE UMA CÚPULA DE FALSA GRANDEZA

Os trabalhadores do «República» não querem permitir que o País continue a manter-se unicamente pelos suprimentos provenientes de explorações sucessivas. Como trabalhadores da Informação querem um jornal que ajude os portugueses a lutar, cientes dos seus direitos e da sua dignidade, contrariamente aos demagogos e oportunistas que arregimentam os que se batem pela liberdade que não sabem amar e por um programa socialista que não sabem ler.

O jornal «República» cairá nas mãos de uma cúpula de falsa grandeza, de falso talento, com uma

arrogância burguesa. Cairá no reinado da usura, da ruína do trabalho e da sofismação dos princípios do socialismo.

Essa cúpula provaria sobejamente entre nós e no concerto de uma minoria de nações capitalistas e barulhentas, a sua queda para o chinfrim, para o ordinário e para o reles.

Os nossos adversários provaram que têm nas suas mãos unicamente o «poder da intriga» e com este poder mostraram-se vaidosos, pusilâmines e fanáticos.

O PODER DA INTELIGÊNCIA E DA ECONOMIA NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

Nós trabalhadores do «República», somos conscientes de que estamos numa sociedade a que falta ciência e educação, a que falta portanto, uma política de Informação que em vez de mutilar as classes trabalhadoras exploradas e pobres, lhes dê o poder da inteligência e da economia.

Nós, não queremos uma Informação ao serviço dos demagogos entretidos violentamente em contar o número possível das liberdades. Sabemos que é das profundidades demagógicas que saem sempre à periferia social os tiranos.

É esta a ocasião propícia de proceder a uma remodelação completa da nossa política de Informação, criando uma Informação nas mãos das classes trabalhadoras, independente de todos os compromissos e de todas as solidariedades partidárias, inaugurando

uma Informação de desforra e de reabilitação, nas mãos dos explorados e dos pobres.

Como seria inevitável, alguma burguesia portuguesa, que antes do 25 de Abril estava em parte a favor dos explorados e dos pobres, quanto mais não fosse por sentimento poético, no canto e nas armas, ou para consolidação de futuras clientelas, essa tal burguesia abandonou pouco a pouco a sua atitude, para hoje, após os revezes do 28 de Setembro e do 11 de Março, acolher formas doutrinárias dirigistas, proleccionistas e autoritárias.

Antifascistas de antes do 25 de Abril, transformaram-se em autoritaristas após o 11 de Março, pretendendo usurpar a Informação para melhor injectarem nas classes exploradas a sua ideologia de classe dominante. Os spinolistas do 11 de Março sabiam perfei-

tamente o valor político do cabeçalho «República» para terem planeado a sua ocupação declaradamente contra os princípios que nós trabalhadores hoje defendemos contra a cúpula barulhenta do jornal.

Nós defendemos que a emancipação dos trabalha-

dores portugueses terá de ser obra dos próprios trabalhadores. Por isso, os trabalhadores deverão deter a Informação de cobertura nacional, para não serem em caso algum, manipulados por cúpulas dirigistas para o exercício do poder da Informação.

LIBERDADE A PARTIR DA BASE

Defendemos, perante todos os trabalhadores portugueses que para a construção de uma verdadeira sociedade socialista, a Informação deve visar a transformação da classe trabalhadora, de uma classe explorada e dirigida, para se tornar numa classe dirigente, através dos seus organismos de base, cada vez mais consciente, mais responsável e mais livre.

O jornal «República», deve ser um destes organismos no contexto geral da Informação.

É neste sentido que lutamos contra qualquer ingerência partidária, contra a ingerência da ditadura de compadres que o P. S. pretende instalar.

Defendemos um «República», numa perspectiva criadora, um jornal continuamente confrontado com a prática e corrigido pela prática. A cúpula dirigista que pretendemos afastar provou já, não ter idoneidade

moral para coerentemente utilizar o jornal como instrumento de análise e acção revolucionária.

Defendemos que a ascensão definitiva das classes trabalhadoras ao poder político da Informação, não surge por decreto, nem por decisão de nenhuma «comissão central»: surge pela precipitação das contradições sociais e económicas.

Neste sentido não aceitamos produzir uma Informação condicionada às táticas premeditadas dos que não querem acompanhar a Revolução em marcha.

A Informação da classe trabalhadora não precisa que informem em seu nome, tem ela própria que informar. Nenhum partido se pode sobrepor aos interesses dos trabalhadores pobres e explorados e é autêntico crime contra a Revolução, manipular os pobres e explorados com uma Informação ainda não restituída às classes trabalhadoras.

CONTRA O ESPONTANEISMO DA REVOLUÇÃO

Defendemos que a Informação não pode cair numa concepção espontaneísta da Revolução.

Não basta que perante situações concretas de luta — caso actual do «República» — surjam comissões de trabalhadores que após o desaparecimento dessa situação de luta, desaparecem também.

As comissões de trabalhadores têm de se tornar organismos estáveis, unitários e de base, enquadrados pela vanguarda proletária surgida da luta, que de-

terminem a acção dos sindicatos e condicionem a acção de organizações e partidos, sobre a Informação.

A comissão de trabalhadores do «República» é neste sentido formada por militantes operários de várias organizações e partidos (incluindo o próprio P. S.). Desta comissão — a luta a isso os conduziu — terão de dialecticamente saber acompanhar o desenrolar do processo da Informação, como catalisadores e detonadores, ou terão de ser ultrapassados se actuarem como travões e reformistas e contra-revolucionários.

O PODER DA INFORMAÇÃO AOS TRABALHADORES

Declaramos a todos os trabalhadores portugueses, que lutamos para que a classe trabalhadora possa controlar o poder da Informação.

Declaramos que a classe trabalhadora tem que interferir nas decisões que dizem respeito à produção da comunicação social e à sua distribuição.

Declaramos que o socialismo não se fez para que se atinjam tiragens «records» do jornal, sem que se transformem o trabalho e as condições em que o mesmo é efectuado.

Declaramos que na Informação são os trabalhadores que têm de poder determinar que o fruto do seu trabalho — o jornal — seja aplicado em realizações que dizem respeito à transformação do homem e da

vida e não em objectivos belicistas dos políticos, em privilégios de minorias corruptas ou em exibicionismos partidários.

Declaramos finalmente que a decisão da nossa luta partiu do nosso local de trabalho e subiu gradualmente até à centralização necessária, na comissão coordenadora (e não controladora) de trabalhadores.

Estamos solidários com todos os trabalhadores explorados e pobres de Portugal, que nas fábricas, nos campos, nos portos de pesca, nos serviços e nos transportes, lutam por uma Revolução ao serviço dos trabalhadores e não ao serviço de meia dúzia de ambições de poder e de outras tantas traições aos soldados verdadeiramente revolucionários.

Lisboa, 11 de Junho de 1975.

189